



CNPJ/MF Nº 10.835.932/0001-08

NIRE Nº 26300032929

COMPANHIA ABERTA - RG.CVM 01436-2

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE, REALIZADA EM 68 DE JULHO DE 2005.

1 - DATA, HORA E LOCAL: 08 de julho de 2005, às 10:00 horas, na sua sede social, na Avenida João de Barros nº 111, 9º andar, bairro da Boa Vista, cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

2 - CONVOCAÇÃO: Através de edital de convocação, publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco", nos dias 23, 24 e 28/06/2005 e no Valor Econômico, nos dias 23, 27 e 28/06/2005.

3 - PRESENCAS: Foi verificada a presença de acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto, conforme registro em livro próprio.

4 - MESA: Presidente: Claudia Cunha Fragoso; Secretária: Denise Gutierrez Faria.

5 - ORDEM DO DIA: I. Proposta de aumento de Capital Social autorizado da CELPE de R\$ 500.000.000,00 para até o limite de R\$ 700.000.000,00, bem como o aumento do Capital Social subscrito e integralizado, no montante de R\$ 217.557.341,21, mediante a incorporação de Reservas de Capital; II. Proposta de Segunda Emissão de Debêntures da CELPE, com as seguintes características: distribuição pública, não conversibilidade em ações, forma nominativa e escritural, espécie quirografária, em até 3 séries, valor de até R\$ 430.000.000,00, prazo de 5 e/ou 6 anos com 2 anos de carência, indexador CDI e/ou IGP-M, custo estimado: até CDI + 2,00% aa e/ou até IGP-M + 11,80% aa, garantia *clean* (sem recebíveis e aval), e sem restrição à dividendos; III. Proposta de alteração da letra "r", art. 20 do Estatuto Social da CELPE, que trata de levantamento de balanços semestrais, intermediários, intercalares, conforme determina a Resolução nº 149 da ANEEL; e IV. Consolidação do Estatuto Social, em consequência das alterações propostas nos itens I e III acima.


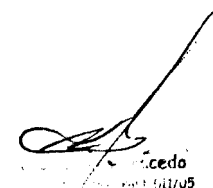
6 - DELIBERAÇÕES APROVADAS PELA UNANIMIDADE DOS ACIONISTAS PRESENTES: Os acionistas ora reunidos aprovaram, unanimidade como consta do título, só poderemos definir na própria Assembléia, o que se segue: I. Aumento do Capital Social autorizado e do Capital Social subscrito e integralizado: (I) a proposta de aumento do Capital Social autorizado da CELPE de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), bem como (II) a proposta do aumento do Capital Social de R\$ 372.616.418,18 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e dezoito reais e dezoito

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/07/2005
SOB Nº: 20050739280
Protocolo: 05/073928-0
Empresa: 26 3 0003292 9
COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO CELPE

ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
SECRETARIO-GERAL

Roberto Cavalcanti TAVARES
Assessor Jurídico - ART. 611/05
Unidade de Atendimento aos Processos - JLCFPE

centavos) para R\$ 590.173.759,39 (quinhentos e noventa milhões, cento e setenta e três mil e setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos), a ser subscrito e integralizado, no montante de R\$ 217.557.341,21 (duzentos e dezessete milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e um reais e vinte e um centavos), mediante a emissão de 3.282.597.350 (três bilhões, duzentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil e trezentos e cinco) novas ações, sendo 2.917.009.460 (dois bilhões, novecentos e dezessete milhões, nove mil e quatrocentos e sessenta) ações ordinárias e 365.587.890 (trezentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e oitocentos e noventa) ações preferenciais classe "B", ao preço de emissão de R\$ 0,016181 por ação, correspondente ao valor patrimonial da ação, com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas da CELPE de 31/12/2004. O montante total deste aumento é composto de duas parcelas. A primeira parcela é de R\$ 164.441.633,49 (cento e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e quarenta e nove centavos) e, em conformidade com o artigo 169, parágrafo 1º da Lei 6.404/76, esta será capitalizada sem modificação do número de ações. As reservas de capital, que compõem essa parcela, são as seguintes: (a) Reservas de Capital – Doações e Subvenções para Investimentos, no valor de R\$ 137.132.354,57 (cento e trinta e sete milhões, cento e trinta e dois mil e trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos); e (b) Reserva de Capital – Remuneração sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 27.309.278,92 (vinte e sete milhões, trezentos e nove mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos). A segunda parcela do montante total relativo ao aumento de capital social é de R\$ 53.115.707,72 (cinquenta e três milhões, cento e quinze mil, setecentos e sete reais e setenta e dois centavos), referente à Reserva de Capital – Reserva Especial de Ágio, será proveniente da emissão de novas ações mencionada acima. Assim, a acionista Neoenergia S.A. subscreverá e integralizará, no ato, a totalidade do aumento de capital, mediante a utilização de parte dos créditos detidos contra a sociedade no valor acima mencionado, referentes à Reserva Especial de Ágio, nos termos do Art. 7º da Instrução CVM nº 319 de 03 de dezembro de 1999, conforme o Boletim de Subscrição anexo à presente. Os demais acionistas, com base no disposto no Art. 171 da Lei n.º 6.404/76, terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do respectivo Aviso aos Acionistas, para exercer o direito de preferência no valor correspondente à Reserva Especial de Ágio. No caso do exercício do direito de preferência pelos demais acionistas, as importâncias deverão ser pagas diretamente à acionista Neoenergia S.A., que em contrapartida transferirá ao acionista subscritor ações de emissão da Companhia que lhe forem devidas. O aumento de capital ora aprovado teve parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia; II. a Segunda Emissão de Debêntures sendo a Primeira no âmbito do Programa de Distribuição ("Oferta"), com as seguintes características: (a) Valor Total da Emissão: o valor total da Oferta será de R\$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais), sendo que nos termos do § 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400, de 29/12/2003, a CELPE reserva-se o direito de exercer a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas, inicialmente requerida em até 20% em relação às inicialmente requeridas ("Debêntures



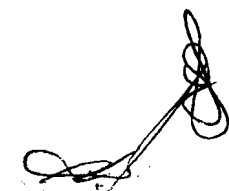
Assinado em 05/11/2005
por [nome] - [cargo] - CELPE

Adicionais"). O Conselho de Administração da CELPE é, desde já, considerado competente para deliberar sobre a eventual colocação de Debêntures Adicionais, cuja ata derivada desta deliberação será devidamente registrada e publicada; (b) Número de Séries: As Debêntures serão emitidas em 2 séries, sendo as Debêntures da 1ª Série no valor total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), e as Debêntures da 2ª Série no valor total de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (c) Quantidade de Títulos: Serão emitidas 43.000 (quarenta e três mil) Debêntures, sendo, 40.000 (quarenta mil) Debêntures da 1ª Série e 3.000 (três mil) Debêntures da 2ª Série, podendo ser emitidas Debêntures Adicionais, de acordo com o item II.(a) acima; (d) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para ambas as séries. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série terá seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do Índice Geral de Preço do Mercado, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"); (e) Espécie das Debêntures: As Debêntures serão quirografárias, sem garantia; (f) Forma e Conversibilidade: As Debêntures serão nominativas, escriturais e não contarão com a emissão de certificados representativos. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da CELPE; (g) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures de ambas as séries será 1º de agosto de 2005 ("Data de Emissão"); (h) Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo em 1º de agosto de 2010. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo em 1º de agosto de 2011 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série"); (i) Distribuição e Negociação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sendo distribuídas sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (i.1) As Debêntures serão distribuídas no prazo de até 6 (seis) meses contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da Emissão ("Prazo de Colocação"); (i.2) Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída quando da subscrição e integralização do total das Debêntures distribuídas no âmbito da Oferta, durante o Prazo de Colocação; (j) Prazo e Formas de subscrição e integralização: As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo e por meio dos procedimentos da CETIP, dentro do prazo de distribuição pública com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. (k) Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela CELPE conforme segue: (k.1) as Debêntures da 1ª Série serão amortizadas em 7 (sete) parcelas semestrais iguais a vencerem, respectivamente, ao final do 24º mês, 30º mês, 36º mês, 42º mês, 48º mês, 54º mês e 60º mês subsequentes à Data de Emissão; e (k.2) as Debêntures da 2ª Série serão integralmente amortizadas em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série; (l) Remuneração: As Debêntures da 1ª Série terão remuneração com base na variação da taxa média diária dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI apurada e divulgada pela CETIP, acrescido de




Assinado em 08/08/2005
Assinado por: [illegível] - CELPE

spread de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ("Remuneração das Debêntures da 1ª Série"), e as Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IGP-M, acrescida de um *spread* de 10,95% (dez inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano ("Remuneração das Debêntures da 2ª Série"); (m) Periodicidade do Pagamento da Remuneração: A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga sistematicamente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2006 e o último em 1º de agosto de 2010. Farão jus à Remuneração das Debêntures da 1ª Série, os titulares das Debêntures da 1ª Série que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior a data de seu pagamento. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga anualmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2006 e o último em 1º de agosto de 2011. Farão jus à Remuneração das Debêntures da 2ª Série, os titulares das Debêntures da 2ª Série que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior a data de seu pagamento; (n) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à CELPE no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ("Encargos Moratórios"); (o) Do Vencimento Antecipado: (o.1) Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático: poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações referentes à Oferta e exigidas da CELPE o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e do Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela CELPE, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (o.1.1) descumprimento, pela CELPE, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas que estiverem previstas na escritura da Oferta, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência; (o.1.2) (i) pedido de recuperação judicial formulado pela CELPE e/ou por seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela CELPE; (ii) pedido de autofalência ou de falência da CELPE formulado pela CELPE e/ou por seus acionistas controladores; (iii) decretação de falência da CELPE; (iv) se a CELPE propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (v) se a CELPE ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou (vi) liquidação ou dissolução da CELPE; (o.1.3) pedido de falência formulado por terceiros em face da CELPE e não devidamente elidido pela CELPE no prazo legal; (o.1.4) término, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 026/2000, celebrado entre a CELPE e o Poder Concedente (União), em 30 de março de 2000, conforme aditado em 11 de dezembro de 2001, em 31 de março de 2005 e 18 de abril de 2005, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica ("Contrato de Concessão"); (o.1.5) inadimplemento, pela CELPE, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tomarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigação essa em valor agregado igual ou superior a R\$



cedo
11/05
CELPE

30.000.000,00 (trinta milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação; (o.1.6) vencimento antecipado de quaisquer obrigações da CELPE, como e quando tais obrigações tomarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e (o.1.7) protesto de títulos contra a CELPE, ainda que na condição de garantidora, cujo valor não pago ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela CELPE, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) for suspenso (o.2) Hipóteses de Vencimento Antecipado por deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas: deverá ser convocada Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nas seguintes hipóteses: (o.2.1) inadimplemento, pela CELPE, de qualquer obrigação da CELPE que estiver prevista na escritura da Oferta, como e quando tais obrigações tomarem-se exigíveis, não regularizado em período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de aviso enviado pelo Agente Fiduciário da Oferta nesse sentido; (o.2.2) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a CELPE que possam vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da CELPE na Oferta, a exclusivo critério dos Debenturistas; (o.2.3) alteração do atual controle acionário da CELPE, direto ou indireto, sem que os Debenturistas previamente reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim aprovelem referida alteração; (o.2.4) advento de alteração no objeto social da CELPE que descaracterize a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica pela CELPE; (o.2.5) não observância a cada trimestre dos limites dos índices financeiros de "Dívida Líquida / EBITDA" não superior a 3,00 (três inteiros); e de "EBITDA / Resultado Financeiro" não inferior a 2,00 (dois inteiros) que deverão ser apurados ao final de cada trimestre fiscal: (o.2.5.1) Em caso de descumprimento dos índices listados acima, a CELPE deverá restabelecê-los até o final do trimestre fiscal seguinte; (o.2.5.2) Para fins do disposto no item (o.2.5) acima, serão considerados os demonstrativos financeiros não-consolidados da CELPE, onde: "Dívida Líquida", significa o endividamento oneroso total da CELPE menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization), significa o lucro da CELPE antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionada, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento e da energia livre; e "Resultado Financeiro", significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da CELPE ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado "1". (o.2.6) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a CELPE em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento; (p) Repactuação: Não haverá



Roberto Antonio Macedo
Diretor Administrativo e Financeiro
Unidade de Negócios - CELPE

repactuação das Debêntures; e (q) Resgate Antecipado Facultativo: A CELPE reserva-se o direito de resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as Debêntures da 1ª Série em circulação, a qualquer momento, a partir do 25º mês contados da Data de Emissão, nos termos da competente deliberação de seu Conselho de Administração e mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate antecipado, informando a data e o provável momento de resgate. Não haverá resgate antecipado facultativo em relação às Debêntures da 2ª Série;


II.1. Aprovar a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, se for o caso, deliberar sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo 59. II.2. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização da Oferta, podendo, inclusive, contratar serviços e celebrar os respectivos contratos em termos e condições que julgar adequado ao interesse da Companhia, ficando, desde já, ratificados todos os atos praticados até a presente data pela Diretoria da Companhia com tal finalidade; III. A proposta de alteração da letra "r", art. 20 do Estatuto Social da CELPE que trata do levantamento de balanços semestrais, intermediários e intercalares, conforme a Resolução n.º 149 da ANEEL: Tal dispositivo passará a ter a seguinte redação "(r) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados de estudos, auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta."; e IV. A consolidação do Estatuto Social, em consequência das deliberações tomadas nos itens I e III acima: A consolidação do Estatuto Social da companhia, cujo texto, para todos os fins de direito, vai integralmente transcrito e passa a fazer parte desta ata como anexo. As alterações estatutárias submetidas a esta Assembléia foram previamente aprovadas pela ANEEL, em 07/07/2005.

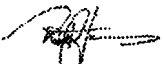
7 - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia e lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas, passando a constar do livro próprio, cujas assinaturas bastam para a validade das deliberações. Presidente: Cláudia Cunha Fragoso, Secretária: Denise Gutierrez Faria e Acionistas: Neoenergia S.A., Renato Sobral Pires Chaves e Fernando Arronte Villegas.


Certifico que esta confere com a lavrada em livro próprio.

Recife, 08 de julho de 2005.


Denise Gutierrez Faria
Secretária

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
	CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 11/07/2005
	SOB Nº: 20050739280
	Protocolo: 05/073928-0
Empresa: 26 3 0003292 9	
COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO CELPE	


ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
SECRETARIO-GERAL


Roberto Cavalcanti Tavares
Secretário-Geral
CELPE